



INSTITUTO NACIONAL de Estatística

São Tomé e Príncipe

CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

(III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001)

Ano de Edição: 2003

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Características e Condições da Habitação, RGPH-
2001. - São Tomé: INE, 2003, - 41 p.

DIRECTOR-GERAL

ALBANO GERMANO DE DEUS
Telefone: 00 239 221 982
E-mail: albano_ine@ctome.net

EDITOR

Instituto Nacional de Estatística,
Largo das Alfândegas, C. P. 256,
Telefone: 00 239 221 313
Fax: 00 239 221 982, São Tomé,
São Tomé e Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, Direcção de Estatísticas
Demográficas e Sociais,
Departamento de Censos e
Inquéritos

IMPRESSÃO

Gráfica de

ESCLARECIMENTO

HELDER SALVATERRA
Telefone: 00 239 223 590
E-mail: helder_ine@ctome.net

EQUIPA TÉCNICA

Autor: **CARLOS ALBERTO D'ALVA**
Revisor: **FREDERICO GUSTAVO DOS ANJOS**
Informático: **EUGÉRIO MONIZ**

(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E DO BUREAU
DO RECENSEAMENTO - USA)

ÍNDICE

Páginas

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	04
INTRODUÇÃO	06
CONCEITOS E INDICADORES UTILIZADOS	08
A. REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTO	09
A.1. Tipo de Edifício	09
A.2. Tipo de Alojamento	10
B. OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	12
B.1. Situação de Ocupação dos Alojamentos	12
B.2. Estatuto de Ocupação dos Alojamentos	13
B.3. Época de Construção dos Alojamentos	14
B.4. Tamanho dos Alojamentos	15
C. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DOS ALOJAMENTOS	16
C.1. Materiais de Construção das Paredes	16
C.2. Materiais de Cobertura	17
C.3. Materiais de Piso (Soalho)	18
D. EQUIPAMENTO E CONFORTO DOS ALOJAMENTOS	18
D.1. Modo de Abastecimento em Água	19
D.2. Modo de Iluminação	20
D.3. Tipo de Instalações Sanitárias	21
D.4. Modo de Acesso ao Sistema de Esgotos	22
D.5. Tipo de Combustível para Cozinhar	24
D.6. Outros Elementos de Conforto dos Alojamentos	25
CONCLUSÃO	27
BIBLIOGRAFIAS	29
ANEXO	30

LISTA DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela A.1 Repartição percentual dos edifícios por número de alojamentos, segundo o meio de residência

Tabela B.1 Repartição percentual dos alojamentos alugados por distrito e meio de residência, segundo a renda mensal em dobras

Tabela B.2 Repartição percentual dos alojamentos por distrito e meio de residência, segundo a época de construção

Tabela D.1 Repartição percentual de rádio e televisão nos alojamentos, por distrito e meio de residência

Gráficos

Gráfico A.1 Distribuição dos edifícios quanto ao número de alojamentos

Gráfico A.2 Tipo de edifício segundo o meio de residência

Gráfico A.3 Tipo de Alojamento por distritos

Gráfico A.4 Variação da distribuição dos alojamentos por tipologia, segundo meio de residência

Gráfico B.1 Repartição dos alojamentos por distritos, segundo a situação de ocupação

Gráfico B.2 Repartição dos alojamentos ocupados, segundo o estatuto de ocupação

Gráfico B.3 Repartição dos alojamentos alugados por distritos segundo a renda mensal em dobras

Gráfico B.4 Repartição dos alojamentos alugados por meio de residência, segundo a renda mensal em dobras

Gráfico B.5 Repartição dos alojamentos por número de divisões

Gráfico C.1 Materiais de construção das paredes

Gráfico C.2 Materiais de cobertura

Gráfico C.3 Materiais de pavimento

Gráfico D.1 Abastecimento de água a nível nacional

Gráfico D.2 Tendência do abastecimento de água entre os anos 1991 e 2001

Gráfico D.3 Uso de electricidade a nível Nacional

Gráfico D.4 Uso de electricidade em 2001 por meio de residência

Gráfico D.5 Instalações sanitárias por distritos

Gráfico D.6 Instalações sanitárias por meio de residência

Gráfico D.7 Acesso aos sistemas de esgotos por distritos

Gráfico D.8 Acesso aos sistemas de esgotos por meio de residência

Gráfico D.9 Combustível usado para cozinhar por distritos

Gráfico D.10 Combustível usado para cozinhar por meio de residência

Gráfico D.11 Distribuição dos alojamentos com rádio por distritos

Gráfico D.12 Distribuição dos alojamentos com rádio por meio de residência

Gráfico D.13 Distribuição dos alojamentos com televisão por distritos

INTRODUÇÃO

Fazer hoje o diagnóstico da situação da habitação em S. Tomé e Príncipe, implica reconhecer ordens de magnitude, tanto das carências, como do esforço económico que representaria atendê-las, tendo em conta o contexto socio-económico que lhes deu origem.

Tradicionalmente apresentam-se os números isolados desse contexto e mostram-se como um facto global e consumado, acentuando mais a profundidade da brecha, que mostra a magnitude das necessidades de habitação não satisfeitas, somadas a outras carências sociais no campo da saúde e da educação. Mostrada assim, como totalidade, a demanda de habitação apresenta-se como um tema que portará um permanente sinal negativo.

Por outro lado, sabe-se muito bem que o país não é um todo homogéneo; há regiões possíveis de identificar por características geográficas, climáticas e culturais, e nelas os estratos de população acusam notáveis diferenças que marcam as respectivas idiossincrasias, e que se revelam também no âmbito da habitação.

Existe o rural e o urbano, e as questões de habitação são impensáveis fora dos respectivos contextos sócio-espaciais. Quando se citam números isolados, referindo-se, por exemplo, às 34.196 habitações permanentes que constituem o parque habitacional, não se sabe a quais destes contextos se refere. Sendo assim, as habitações tornam-se entes abstractos sem possibilidades de se vincular à realidade quotidiana, aliás, única via para se tomar contacto com os usuários que as procuram. Neste caso totalizam "137.599", aumentando aproximadamente 1,6% (talvez um pouco menos, já que a tendência da taxa de crescimento da população é de diminuição) anualmente até 2020. Estes números, expressos em termos de agregados familiares, seriam X unidades hoje e X+Y no ano 2020, valores que teriam a virtude de mostrar globalmente a magnitude da pressão que este aumento significará sobre a procura de habitação nova no País.

Para além da herança histórica, os países distinguem-se também pelo nível de desenvolvimento, que determina a estrutura dos rendimentos, diferenciando-se os grupos de demandantes de habitação pela sua pertença a um ou outro estrato socio-económico, considerando a média dos rendimentos per capita. Essa diferenciação afecta profundamente as possibilidades do grupo mais desfavorecido poder aceder ao mercado de habitação e estar em condições de satisfazer a sua procura. Por isso é que a leitura global do déficite no país, expresso em acções de reabilitação necessárias para manter o estoque e as unidades de novas habitações que seriam necessárias construir para o saldar, deve ser pormenorizada. Ambos os números alertam para a necessidade de incorporar a reabilitação como um tema importante na reflexão que deverá preceder à concepção de novas estratégias.

É bom que se faça eco desta situação e se proponha explorar o que sucederia, caso se optasse pela alternativa de dirigir todos os recursos para suprir as necessidades de habitação destes segmentos, pensando em horizontes de cinco e vinte e cinco anos, tudo isto em números muito grossos, sem tomar em conta as diferenças qualitativas às quais se fez referência antes.

Com a análise que agora se apresenta sobre os dados do último RGPH realizado em 2001, pretende-se contribuir para a definição de novas estratégias nacionais no domínio da habitação.

Nesta análise, veremos os detalhes mais relevantes concernentes à população distribuída por distrito e meio de residência, e suas condições de vida no que se refere à habitação e saneamento do meio. Começamos por apresentar já de seguida os conceitos e indicadores mais utilizados ao longo do trabalho. No princípio da análise, no ponto A, dá-se atenção à repartição dos alojamentos, por tipo de edifício e de alojamento. O ponto B trata da situação e estatuto de ocupação dos alojamentos, época de construção e tamanho. Segue-se o ponto C que se dedica aos materiais com que são construídas as paredes, a cobertura e o soalho. Finalmente, o ponto D ocupa-se dos equipamentos de conforto necessários aos alojamentos, incluindo abastecimento de água, modo de iluminação, tipo de instalações sanitárias, modo de acesso aos esgotos, tipo de combustível usado para cozinhar e outros elementos de conforto nos alojamentos, tais como rádio e televisão.

CONCEITOS E INDICADORES UTILIZADOS

Com base nas documentações do RGPH de 2001, elaborou-se uma listagem de conceitos básicos e indicadores mais usados, que a seguir se apresentam como forma de facilitar a leitura dos dados.

Edifício, toda a construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluindo paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais ou agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

Alojamento, todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, e que, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins. **Distinto** significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa nele dormir, preparar refeições e abrigar-se. **Independente** significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Alojamento Familiar, todo aquele que, pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, uma família ou agregado familiar, embora nele possam residir várias no momento censitário. Distinguiu-se três tipos de alojamento familiar a saber:

Alojamento Clássico, divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício, ou seja, com carácter não precário, ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido, se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins. Deve ainda possuir uma entrada independente que lhe dê acesso à rua, quer directamente, quer através de jardim, terreno, ou à zona comum dentro de um edifício. Um alojamento clássico deve possuir todas as condições necessárias de habitabilidade, ou seja, energia eléctrica, água no interior da casa, instalações sanitárias, etc., e obedecer a critérios de construção numa área urbana.

Alojamento Básico, unidade de habitação dotada de certas instalações essenciais de um alojamento clássico e que, pelo tipo e precariedade da construção, não satisfaz inteiramente as condições exigidas por um alojamento clássico. Desde que tenha pelo menos duas divisões, sem cozinha nem casa de banho, deve-se considerar alojamento de base.

Outros Alojamentos, unidade de habitação que não reúne nenhuma condição de habitabilidade e que, pelo tipo e precariedade da construção, não satisfaz inteiramente as condições exigidas por um alojamento de base. São alojamentos com apenas uma divisão e podem ser incluídos nos seguintes grupos: casas rudimentares de madeira (Flé), alojamentos improvisados, casas de pavo (vam plégá) e outros de lugares não destinados à habitação.

Alojamento Colectivo, local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar grupos de pessoas ou mais do que uma família e que, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Integram no

alojamento colectivo o hotel, a pensão ou similar e a convivência, ou seja, estabelecimento onde vivem pessoas, temporária ou permanentemente, que não constituem família ou agregado familiar, compartilhando refeições, e que estejam sujeitas a um interesse ou regime comum.

A. REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Há diferentes maneiras de se olhar para os alojamentos e, claro está, classificá-los, em função do seu tamanho, precariedade, localização, etc. ...

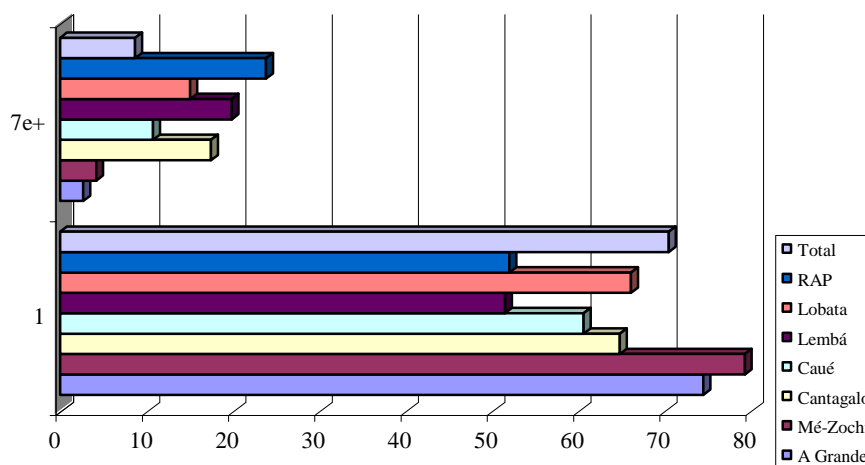
A.1. TIPO DE EDIFÍCIO

A distribuição dos edifícios quanto ao número de alojamentos (tabela A.1 em anexo), apresenta uma estrutura bastante homogénea, excepto na Região Autónoma do Príncipe (R.A.P.).

Na realidade, em todos os distritos predominam os edifícios de um só alojamento, representando 70% em todo o País, e sempre superior a 50% em todos os distritos e na R.A.P.. Apenas nesta Região os edifícios com 7 alojamentos e mais têm uma representatividade superior a 20%, como se pode ver no gráfico A.1.

Água Grande e Mé-Zochi são os distritos onde os alojamentos isolados têm maior peso (cerca de 80%), tendência que se mantém do censo de 1991, embora quantitativamente se observe uma ligeira diminuição.

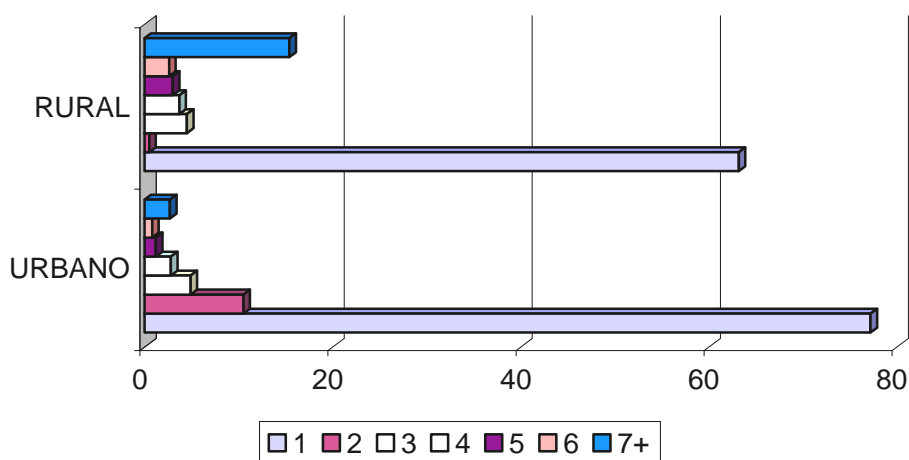
Gráfico A.1 Distribuição de edifícios quanto ao número de alojamentos



As áreas administrativas predominantemente rurais (Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e RAP) apresentam uma maior concentração de edifícios de múltiplos alojamentos, o que se justifica, historicamente, pela tipologia de construção nas sanzalas das empresas agrícolas.

No gráfico A.1.2 e na tabela A.1.2 transparece de forma clara a diferença entre os meios urbano e rural; 87,7% dos edifícios da zona urbana têm 2 ou menos alojamentos, enquanto que 15,4% dos edifícios da zona rural têm mais de sete alojamentos contra apenas 2% da zona urbana.

Gráfico A .2 Tipo de edifício segundo o meio de residência

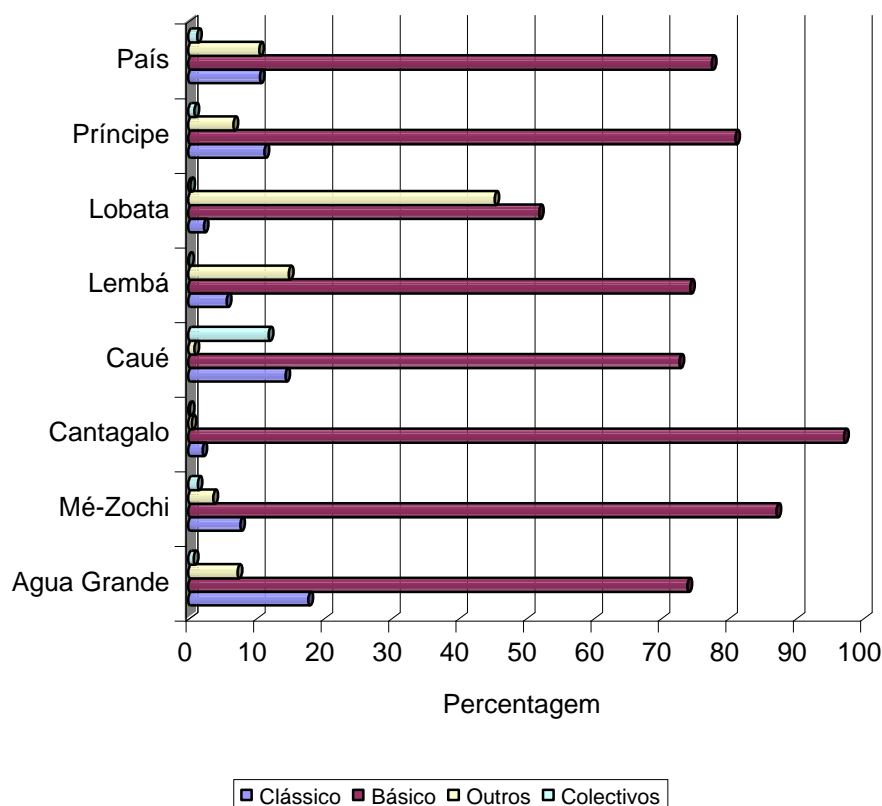


Meio de residência	Número de alojamentos no edifício							Total	Total de alojamentos
	1	2	3	4	5	6	7+		
Urbano	77.2	10.5	4.9	2.8	1.2	.8	2.7	100,0	21 296
Rural	63.2	.5	4.5	3.7	3.0	2.6	15.4	100,0	19 293
Total de alojamentos	28 645	3 682	1 900	1 325	824	678	3 535	40 589	40 589

A.2. TIPO DE ALOJAMENTO

Os alojamentos foram classificados por ordem de precariedade, em clássicos, básicos, outros e colectivos. O gráfico A.2.1 e a tabela A.2.1 em anexo, ilustram como estão distribuídos a nível nacional. Pode-se ver que apenas 10,6% dos alojamentos do país são do tipo clássico, 1,3% dos alojamentos são do tipo colectivo, e que a maioria (77,6%) é do tipo básico, que é o tipo predominante em todos os distritos, com particular destaque em Cantagalo (97,2%). O distrito de Lobata apresenta uma estrutura relativamente diferente dos restantes, pois os alojamentos de tipo básico nesse distrito pouco passam de metade (52,0%) e, em contrapartida, os alojamentos de tipo indeterminado (outros) atingem os 45%. Os alojamentos de tipo colectivo apenas aparecem com um peso significativo no distrito de Caué (11,9%).

Gráfico A.3- Tipo de alojamento por distrito

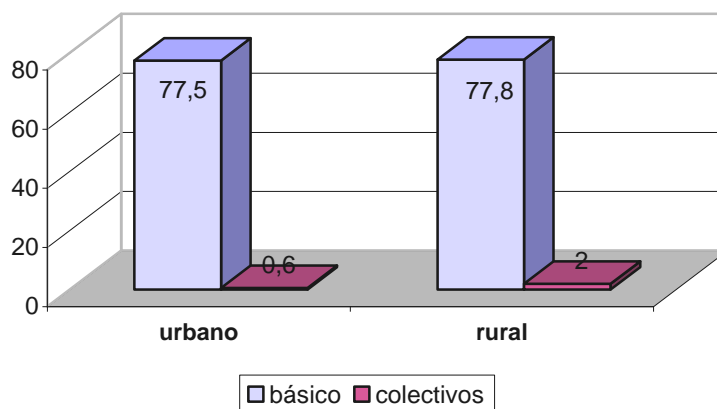


Feita a análise por meio de residência (Gráfico A.3 e tabela A.1 em anexo), também são os alojamentos básicos que predominam. A grande diferença está no peso dos alojamentos clássicos, pois no meio rural apenas representam 6,1%, contra 14,6% no urbano. Situação inversa a esta se observa entre os alojamentos classificados como “outros” e os colectivos. Como se pode observar, apenas 1,3% dos alojamentos são do tipo colectivo; os restantes 21,1% distribuem-se quase equitativamente entre os alojamentos clássicos e outros.

De salientar que dentre os alojamentos básicos, o maior peso está no distrito de Cantagalo (97,2%), e o menor em Lobata (52,0%); quanto aos colectivos, o número mais elevado regista-se no distrito de Caué (11,9%) e o mais baixo no distrito de Lembá (0,1%).

Como se pode ver no gráfico A.2.2, entre o meio urbano e rural não se observam diferenças significativas, pois o peso dos alojamentos básicos é semelhante (77,5% e 77,8%). Apenas no meio rural os alojamentos colectivos têm um peso significativamente maior.

Gráfico A.4 variação da distribuição dos alojamentos por tipologia, segundo meio de residência



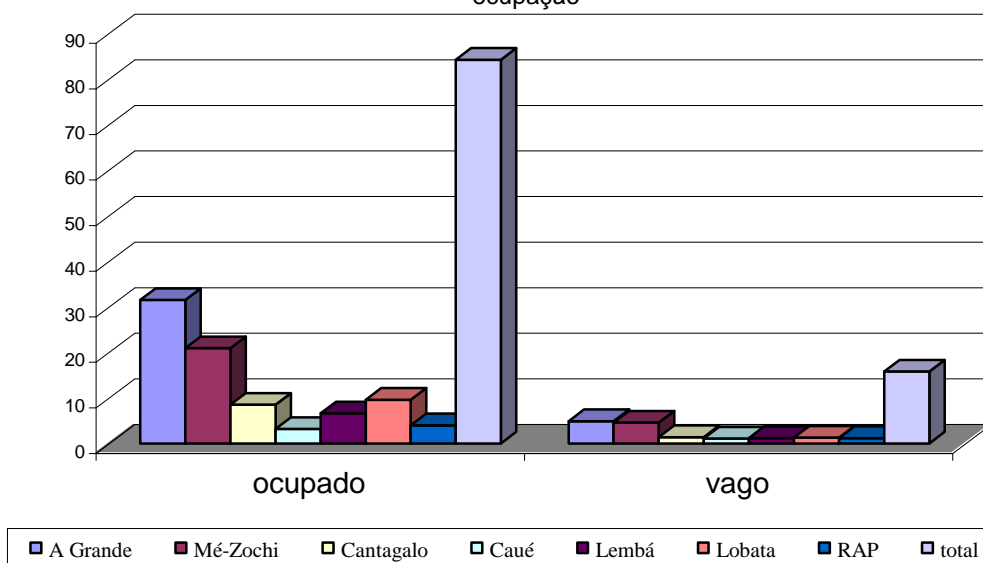
B. OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Os alojamentos, para além de poderem estar ocupados ou vagos, obedecem ainda a outros critérios de distribuição, isto é, dos que estão ocupados, é importante conhecer o seu regime de ocupação, o que significa saber se são ocupados pelo proprietário, se são cedidos de forma gratuita ou se estão em regime de locação e, neste último caso, importa ainda saber em que condições, isto é, quanto se paga pelo aluguer.

B.1. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

A maior parte dos alojamentos está ocupada (84,2%) contra os 15,8% desocupados. Tudo isso pode-se ver no gráfico B.1, onde tanto os alojamentos ocupados como os vagos assumem valores mais expressivos em Água Grande (31,5% e 4,9%) e menos em Caué (3,2% e 1,1%) respectivamente.

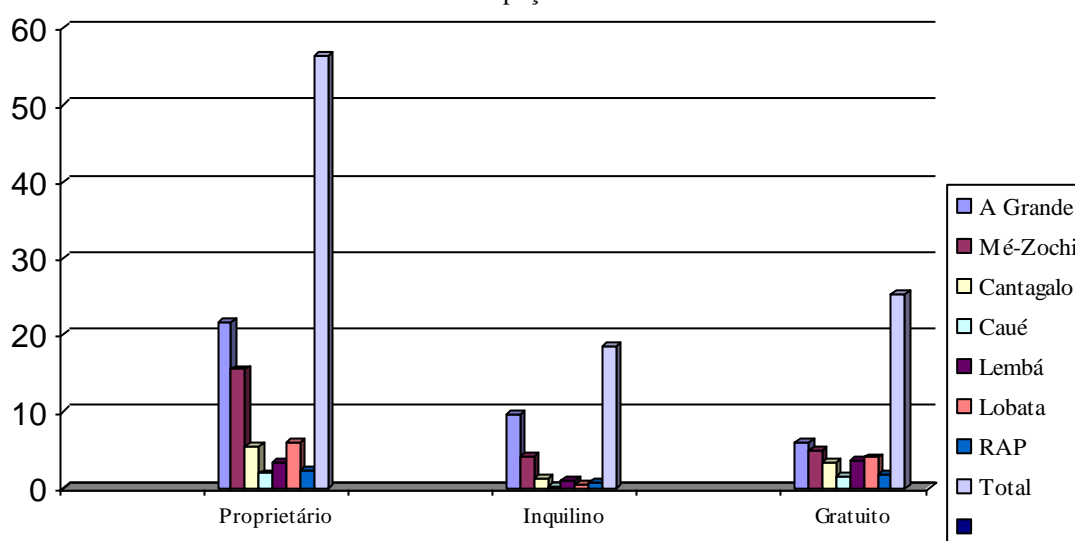
Gráfico B.1 Repartição dos alojamentos por distritos segundo a situação de ocupação



B.2. ESTATUTO DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Mais de metade dos alojamentos do país (56,3%) são ocupados pelos próprios proprietários, o que aponta para um bom índice da taxa de propriedade, enquanto que uma minoria (18,4%) é ocupada em regime de aluguer (tabela em anexo). O Distrito de Água Grande é o que apresenta maior percentagem de alojamentos ocupados tanto de forma gratuita (6,0%) como pelos seus proprietários (21,7%); Caué é o que menor percentagem tem (1,6%) de ocupação gratuita.

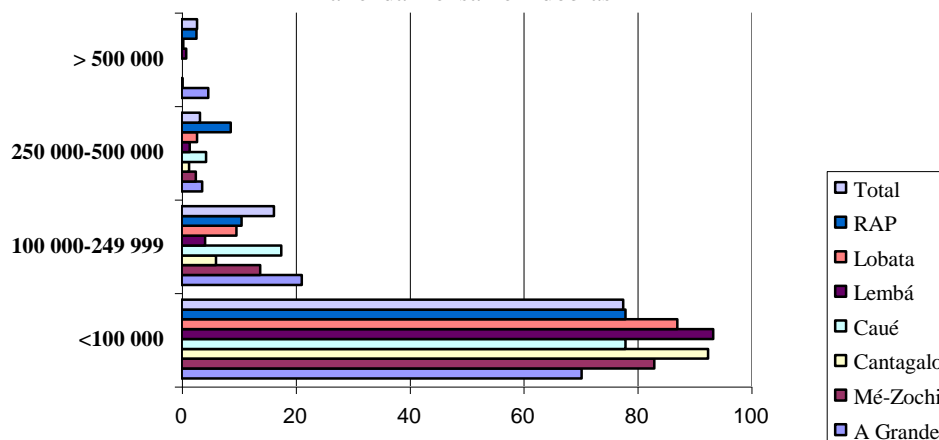
Gráfico B.2 Repartição dos alojamentos ocupados por distrito, segundo o estatuto de ocupação



Em todos os distritos é mais expressiva a faixa de aluguer mais baixo (inferior a 100 000,00 dobras), como já era de esperar, variando entre os 70,3% em Água Grande e os 93,4% em Lembá; é quase inexistente a faixa mais cara (superior a 500 000,00 dobras), chegando a ser nulo como são os casos em Cantagalo e Caué, e nunca atingindo os 5%.

Para o total do país, verifica-se 77,6% dos alojamentos alugados na faixa de renda menos cara, e aproximadamente 1/5 nas restantes (13%), conforme a tabela B.1 e o gráfico B.2.

Gráfico B.3 Repartição dos alojamentos alugados por distritos segundo a renda mensal em dobras



No gráfico B.4., é bem visível como, dos alojamentos alugados no meio rural, só há 0,4% na faixa de renda superior a 500 000,00 dobras; repare-se no peso que tem a faixa de renda mais baixa; é interessante o equilíbrio que se estabelece entre o rural e o urbano, referente a faixa de renda entre 100 000 e 249 999.

GráficoB.4 Repartição dos alojamentos alugados por meio de residência segundo a renda mensal em dobras

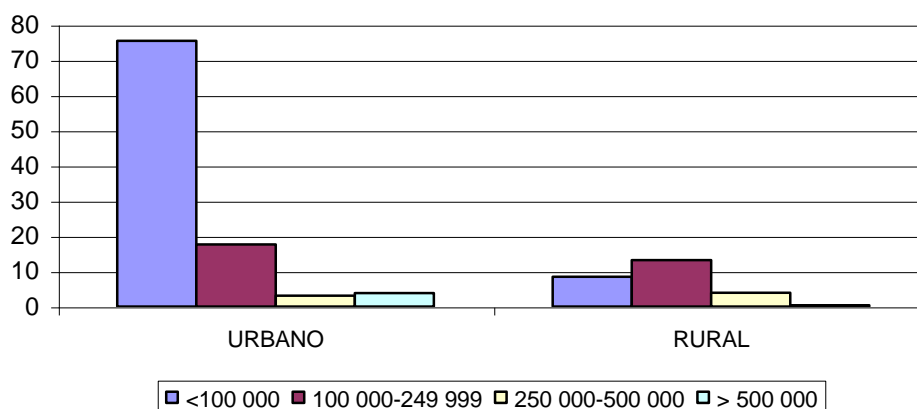


Tabela B.1 Repartição percentual dos alojamentos alugados por distrito e meio de residência, s/ a renda mensal em dobras

Faixa de renda	Distrito							Meio de Residência		
	Água Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	RAP	Urbano	Rural	Total
< 100 000	70.3	83.1	92.5	78.0	93.4	87.1	78.0	75.5	82.5	77.6
100 000 - 249 999	21.2	13.9	6.1	17.6	4.2	9.7	10.6	17.6	13.2	16.3
250 000 - 500 000	3.7	2.6	1.4	4.4	1.5	2.8	8.7	3.1	3.9	3.3
> 500 000	4.8	.3	-	-	.9	.4	2.7	3.8	.4	2.8
Renda mediana	71 112	60 142	54 061	64 085	53 537	57 421	64 078	66 202	60 624	64 392
Total de alojamentos	3 274	1 435	426	91	333	472	264	4 372	1 923	6 295

B.3. EPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Observando a tabela B.2, constata-se que 35% das unidades de alojamentos foi construído antes do ano de 1975, com predominância do meio rural sobre o meio urbano, o que por si

só já aponta para uma tendência de crescimento do meio urbano que tanto pode ser por via de crescimento populacional como também de movimentos migratórios. Tendo em conta que a maioria destas construções tem como material principal de construção a madeira, e devido as características climáticas existentes em S.Tomé e Príncipe onde a humidade é alta, o nível de degradação das mesmas deve ser muito elevado.

Não se sabe em que época foi construído um número considerável (21,2%) de alojamentos, o que leva a supor que não são construções recentes, isto é, o facto de os ocupantes/proprietários não se lembrarem da data de construção, leva a pensar que sejam muito antigas, e que se inscrevem provavelmente no período que vai até 1975. Os distritos onde predominam as construções antigas são Mé-Zochi e Cantagalo. Os alojamentos mais recentes construídos na última década, estão distribuídos de forma mais ou menos equitativa por todos os distritos. Os dados de 1991 indicam uma percentagem de 66,4% de construções antigas (antes de 1975) e 9,7% de alojamentos não declarados. Esta diferença é deveras sugestiva e pode conduzir-nos a conclusões outras, como por exemplo, que o índice de construção aumentou consideravelmente nos últimos 10 anos, o que parece confirmar-se pelo facto de neste curto período terem sido construídos 21,5% (quase 1/4) do total de alojamentos (Tabela B.2).

Época de construção	Distrito							Meio de Residência		
	A. Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	RAP	Urbano	Rural	Total
Até 1975	28.7	41.3	47.8	21.7	39.4	35.4	29.7	29.7	41.5	35.1
1976-1990	25.2	24.2	12.1	16.8	23.3	16.1	25.6	24.9	18.9	22.1
Depois de 1990	21.5	20.1	21.5	21.1	23.5	17.3	36.3	22.8	19.9	21.5
Não Sabe	24.6	14.5	18.7	40.4	13.9	31.2	8.4	22.6	19.7	21.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Total aloj.	12 777	8 465	3 435	1 314	2 695	3 883	1 627	18 377	15 819	34 196

B.4. TAMANHO DOS ALOJAMENTOS

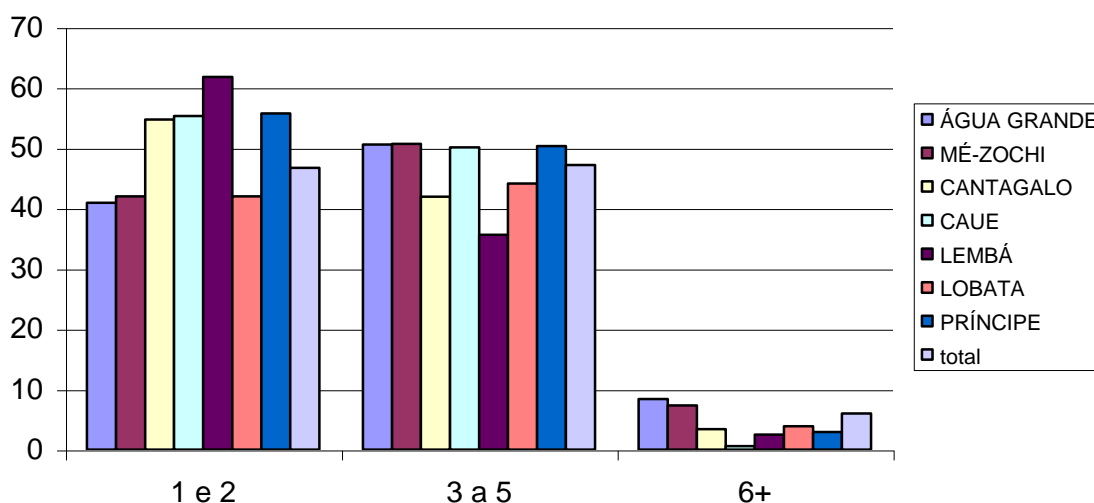
4.1. Número de divisões e de dormitórios

A maioria da população encontra-se a viver em unidades de alojamentos compostas por uma ou duas divisões. Apenas 2,7% vivem em habitações com sete e mais divisões; 16,2% das habitações possui apenas uma divisão.

Os distritos de Água Grande e Mé Zóchi são os que possuem maior proporção de habitações com 5,6, 7 ou mais divisões. É de salientar que grande parte das casas com 7 divisões ou mais se encontra em regime de arrendamento; deve tratar-se de edifícios de vários pisos e de casas construídas com o propósito de arrendamento.

Repartiram-se os alojamentos em grupos segundo o número de divisões e deste exercício obteve-se o que nos ilustra o gráfico B.5: o menor peso está nas casas com 6 ou mais divisões que nunca atingem os 10%, encontrando-se os extremos em Água Grande (8,4%) e Caué (0,6%). As casas que têm 3 a 5 divisões distribuem-se quase uniformemente pelos distritos, com variações entre os 40% e os 50%, exceptuando-se o caso de Lembá (tabela em anexo). Esta tendência mantém-se quase estável com ligeiras variações nos grupos.

Gráfico B.5 Repartição dos alojamentos por número de divisões



C. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DOS ALOJAMENTOS

O tipo do principal material de construção das paredes, de cobertura, e piso (soalho) de um alojamento constitui um importante elemento de conforto do agregado familiar que o ocupa, e também, é um indicador que permite apreciar o nível de vida (ou o nível socio-económico) deste agregado familiar. É indiscutível que em situações normais, ninguém preferiria uma casa de “vam-plegá”, a uma de alvenaria, que representam, aliás, são os extremos.¹

C.1. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DAS PAREDES

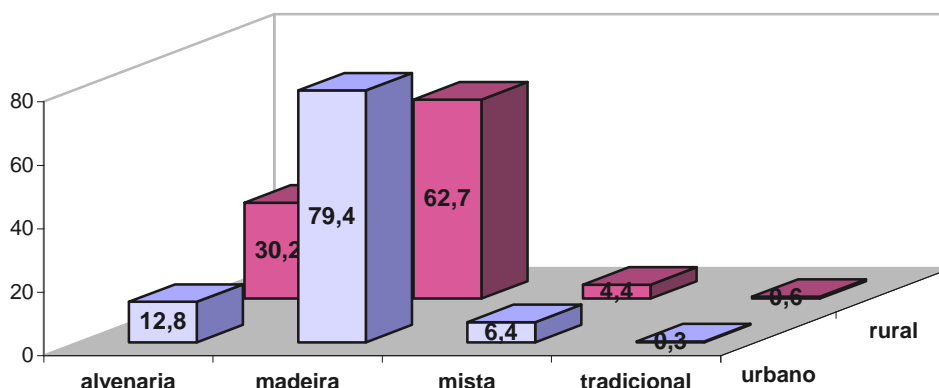
O material de construção predominante continua a ser a madeira (Gráfico C.1), justificando-se pelo facto de ser de produção local. Em 71,7% do total das habitações é utilizada a madeira, confrontando-se com os 68,0% verificados em 1991.

O peso das habitações mistas, isto é, de alvenaria e madeira, não se alterou entre 1991 e 2001. Nota-se a tendência de redução das casas de “vam-plegá”; as pré-fabricadas conservam o índice quase sem alteração. Curioso o facto de em 2001 haver maior percentagem de casas de alvenaria no meio rural (30,2%), do que no meio urbano (12,8%); conhecer a tendência da última década seria um exercício interessante, o que lamentavelmente não nos é possível por indisponibilidade de dados.

É de salientar que, ao contrário do que se verificava em 1991, quando os Distritos de Caué, Cantagalo e a RAP apresentavam valores superiores a 40,0% de construções em alvenaria, destacando-se a RAP com 52,1%, em 2001, nenhum distrito apresenta valores que atinjam os 40%. Estes dados e respectivas tendências estão mais detalhados na tabela em anexo.

¹ “Vam plegá” é um material local, utilizado na construção de casas tradicionais, e é usado pela parte da população mais carenciada; as casas são construídas com “vam plegá” e cobertas com material feito de folhas de coqueiros, conhecido por “pavo”; o pavimento é, regra geral, de terra; são equivalentes às chamadas palhotas em Moçambique, ou cubatas em Angola.

Gráfico C.1 Materiais de construção das paredes



C.2. MATERIAIS DE COBERTURA

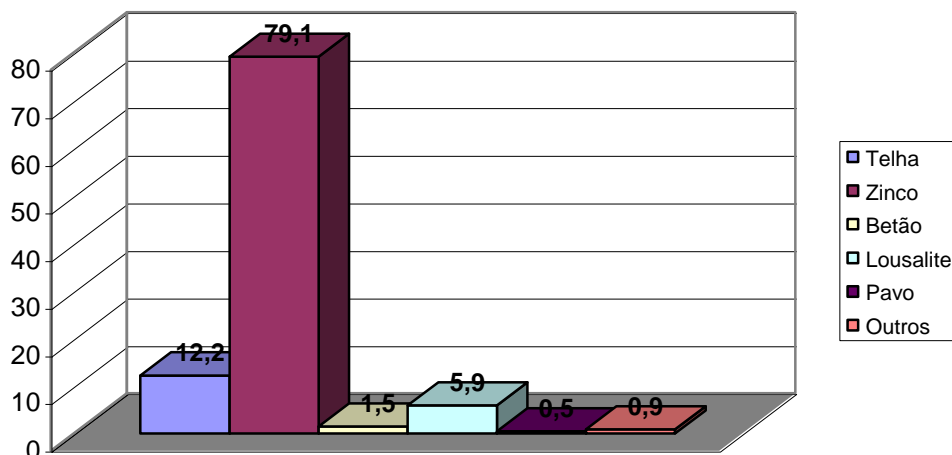
O material mais usado na cobertura das casas a nível nacional é o zinco, estando presente em 79,1% do total, e com uma representatividade em todos os distritos superior a 50%. Tal como acontece com os materiais de construção é cada vez menos usado o material tradicional (pávo) que em 1991 já representava 1,4% a nível nacional e agora apenas representa 0,5%.

Comparando os dados do Recenseamento de 1991 aos de 2001, verifica-se um aumento de utilização de zinco (71,9% para 79,1%). Em contrapartida o índice de utilização de todos os outros materiais baixou. A diminuição na utilização de telhas pode estar ligada ao facto de se ter deixado de produzir este material, e a sua importação implicar custos elevados.

Existe uma estreita relação entre o material de construção das paredes, de cobertura, e de pavimento. Mais de 90% das habitações de madeira estão cobertas de zinco, mais de 80% das de alvenaria têm como cobertura a telha ou o lousalite. O colmo (pávo) feito com folhas de palmeiras é mais utilizado em habitações tradicionais.

Os distritos de Água Grande e Mé-Zochi são os que possuem maior número de habitações cobertas com zinco, ultrapassando os 85%. Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e RAP são as áreas administrativas onde se encontra maior número de casas cobertas de telha (acima dos 15%); de reparar que grande parte das casas hoje cobertas de telhas são habitações antigas e que muito provavelmente fazem parte do défice habitacional qualitativo.

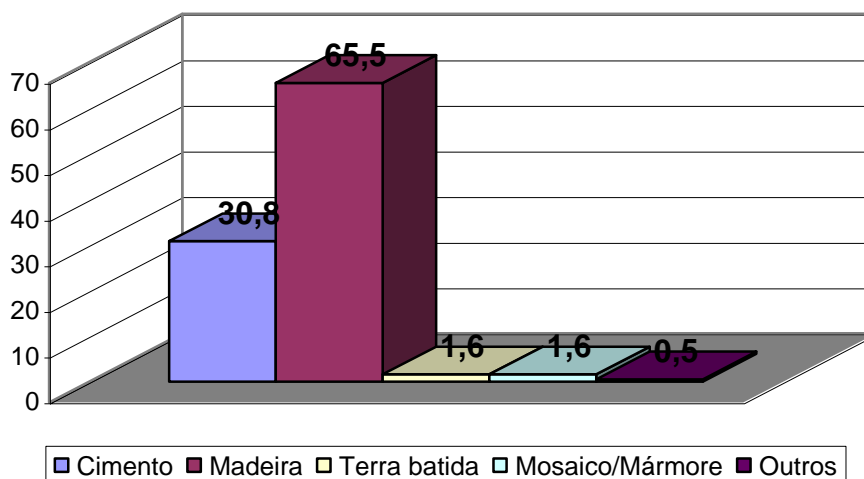
Gráfico C.2. Materiais de cobertura



C. MATERIAIS DO PISO (SOALHO)

O gráfico C.3 mostra que, a nível nacional, 65,5% das casas estão pavimentadas com madeira; com cimento são apenas 30,8%. Mosaico e mármore, provavelmente por serem mais caros, e a terra batida por motivos de comodidade, saúde e segurança, são em quantidade muito reduzida (1,6%).

Gráfico C.3 Materiais de pavimento



D. EQUIPAMENTO E CONFORTO DOS ALOJAMENTOS

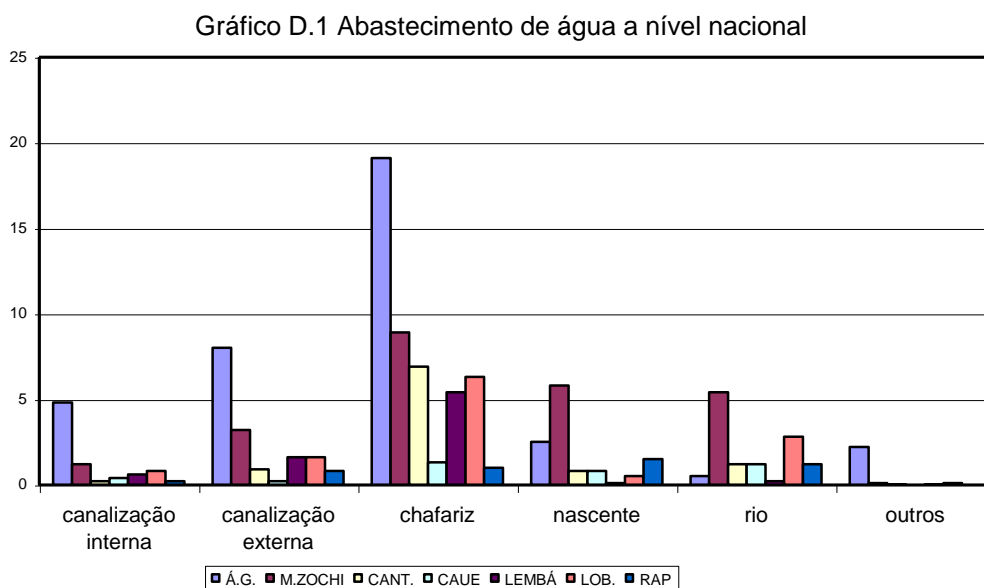
As condições de habitabilidade vão muito além das paredes, tecto e pavimento que constituem um edifício; algumas características mais são exigidas para que seja considerada habitação condigna, que satisfaça as necessidades mínimas de um agregado familiar. Estes detalhes que completam a habitação, vão desde o abastecimento de água potável, iluminação, telefone, climatização em certos casos, instalações sanitárias e respectivos esgotos, rádio, televisão, etc.

D.1. MODO DE ABASTECIMENTO EM ÁGUA

O consumo de água sem o devido tratamento constitui um perigo para a saúde da população, sobretudo quando se sabe que estudos bacteriológicos feitos sobre a água de S.Tomé e Príncipe indicam que na maioria das águas utilizadas pela população foram encontrados resíduos fecais, o que se justifica com o grande número de pessoas que se "aliviam" ao ar livre, conforme se verá quantificado na abordagem relativa às instalações sanitárias.

Entretanto, em grande parte das habitações ainda se recorre a rios e ribeiras como principais fontes de abastecimento de água, destacando os Distritos de Mé-Zochi Caué e RAP, onde as percentagens são superiores a 20%, chegando mesmo a atingir os 30% (tabela em anexo).

No gráfico D.1, pode-se ver a escala de abastecimento de água a nível nacional; na categoria de "outros" só o distrito de Água Grande tem um valor perceptível e deve estar ligado ao consumo de água comprada em cisternas, que se utiliza onde falta água nos bairros mais urbanos.

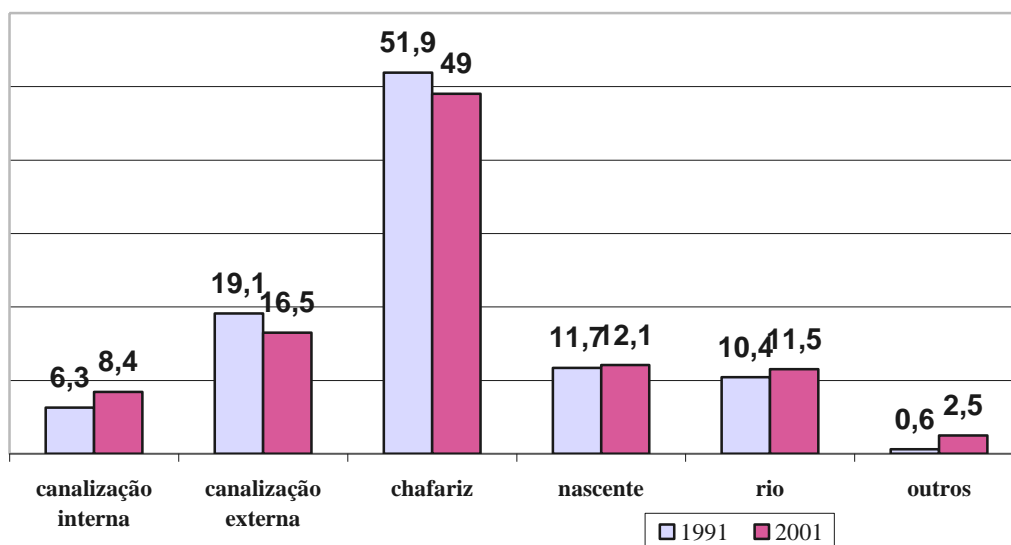


Do total do país, cerca de metade (49,0%) dos alojamentos recorrem a chafarizes/fontanários públicos para se abastecer de água (gráfico D.1). Apenas 8,4% das habitações possui canalização no interior, embora 16,5% tenham canalização no exterior.

É em Água Grande onde há mais casas (21,6%) com canalização externa e em Caué a menor percentagem (5,1%). A percentagem mais elevada das casas que utilizam o chafariz público encontra-se nos Distritos de Cantagalo e Lembá com 68,4% e 68,7% respectivamente. Note-se o reduzido número de alojamentos em Água Grande que usa os rios para se abastecer de água (0,5%). De igual modo sugestiva é a percentagem de alojamentos com canalização interna na RAP (0,2%) e mesmo com canalização no exterior (0,8%);

A comparação entre os períodos de 1991 e 2001, mostra-nos uma ligeira subida nas casas com água canalizada e consequentemente, redução, também ligeira, do uso de fontanários públicos.

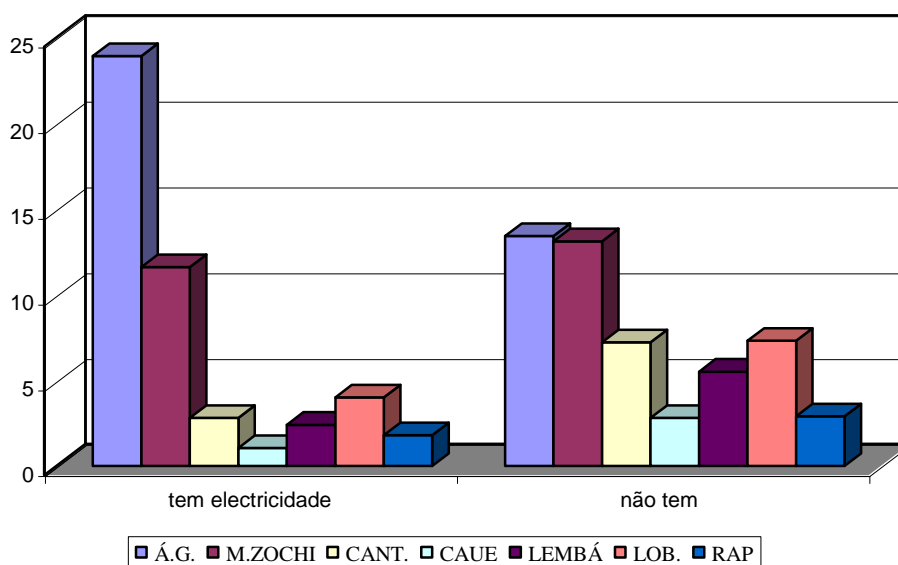
Gráfico D.2 Tendência do abastecimento de água entre os anos de 1991 e 2001



D.2. MODO DE ILUMINAÇÃO

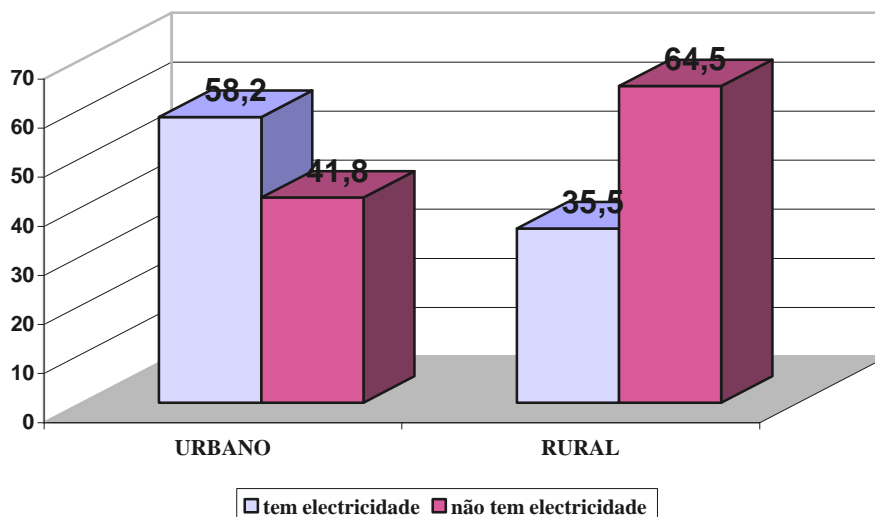
Sabendo que a electricidade constitui não só um indicador importantíssimo para qualificar as condições de habitabilidade, mas também a mais usada, senão a única fonte de energia em S.Tomé e Príncipe, a análise relativa à situação de energia reveste-se de grande interesse, e neste caso, os gráficos são bastante elucidativos.

Gráfico D.3 Uso de electricidade a nível nacional



Aproximadamente 47,7% das habitações utilizam a energia eléctrica para a iluminação; este valor mantém-se estável pois em 1991 eram 46,0%. Existe, entretanto, um destacável fosso a nível da distribuição por distrito (ver tabela em anexo), pois enquanto 64,0% das unidades de alojamentos em Água Grande possuem iluminação eléctrica, em Caué este valor só atinge 27,2%. O gráfico D.3 ilustra a diferença entre o uso de energia eléctrica para iluminação nos meios rural e urbano.

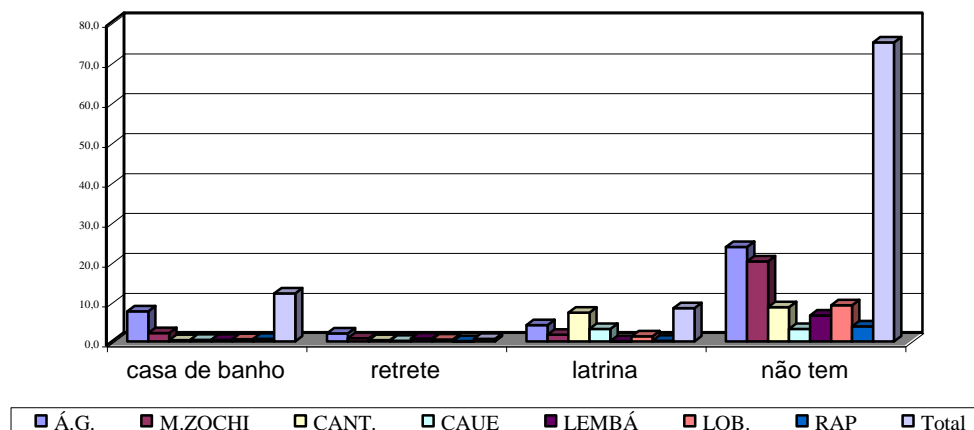
Gráfico D.4 Uso de electricidade em 2001 por meio de residência



D.3. TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

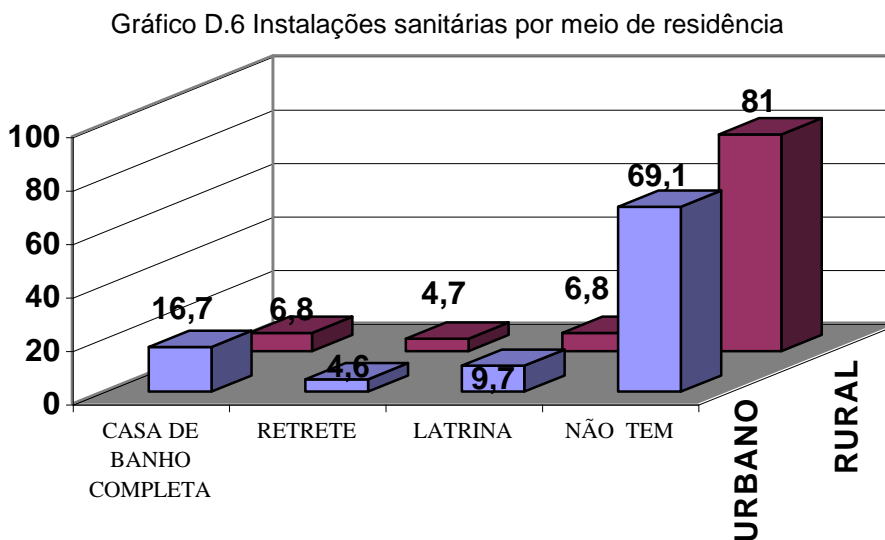
Nos gráficos D.5 e D.6 pode-se ver o quão deficiente é este sector e prever quão avultados os níveis de investimentos necessários para inverter a situação, considerando que os dados, em separado, apontam para um nível de indigência não negligenciável.

Gráfico D.5 Instalações sanitárias por distritos



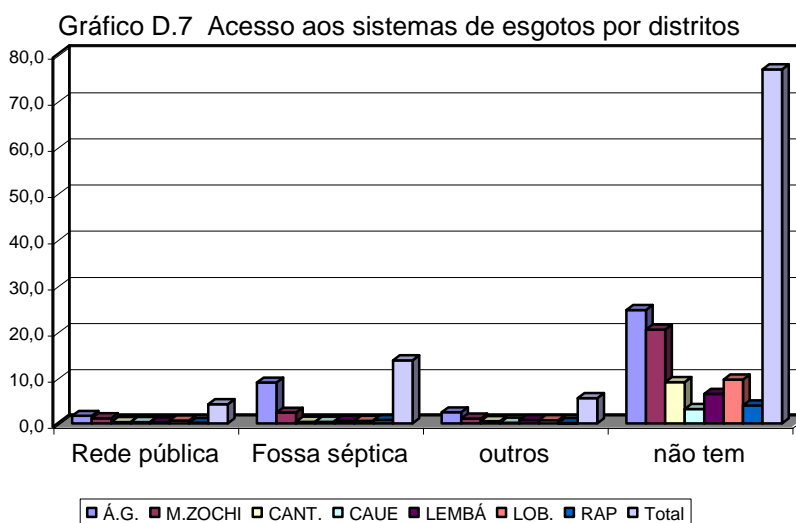
A nível nacional, só 12,1% das habitações possuem casas de banho completa, dos quais 20,2% estão situados em Água Grande e só 3,7% em Cantagalo. Cerca de 3/4 das

habitações não têm qualquer tipo de instalação para o uso sanitário. Isto significa dizer que a maioria (74,9%) da população santomense "alivia-se" ao ar livre, o que constitui uma grande ameaça para a saúde pública e o ambiente. Mesmo em Água Grande que é um distrito exclusivamente urbano, 63% das habitações estão desprovidos de instalações sanitárias, números que nos demais distritos são sempre superiores aos 75%.



D.4. MODO DE ACESSO AO SISTEMA DE ESGOTOS

A ausência de uma rede pública de esgotos com as necessárias componentes de tratamento, desfavorece por completo a população e o ambiente; o tipo de esgotos mais usado é a fossa séptica que também tem os seus inconvenientes como se verá mais adiante.

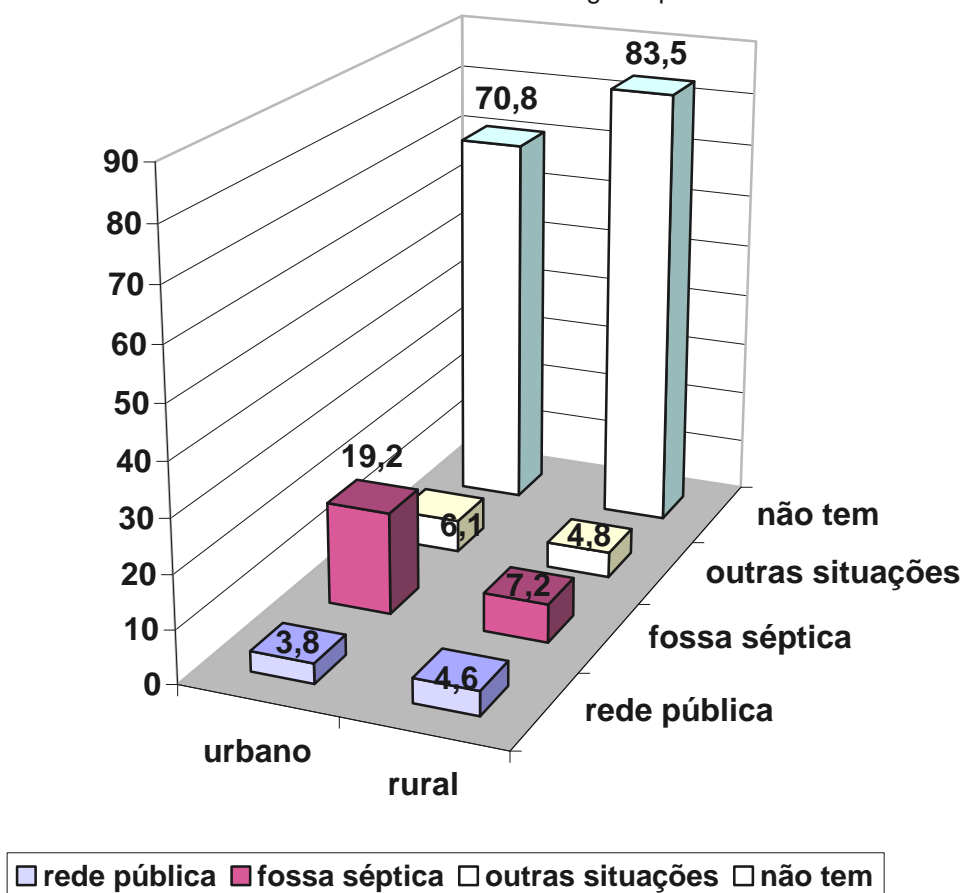


De acordo com os dados do censo de 2001, somente 4,2% das habitações do país estão ligadas à rede pública de esgotos, dentre os quais a maior percentagem está em Caué (6,8%) e a menor no RAP (1,9%) como nos mostra a tabela em anexo.

Das habitações que têm instalações sanitárias, uma considerável percentagem tem fossa séptica que é o método mais usado nos alojamentos que têm casas de banho, embora segundo as normas de sanidade não seja o mais aconselhável, devido à poluição que pode causar.

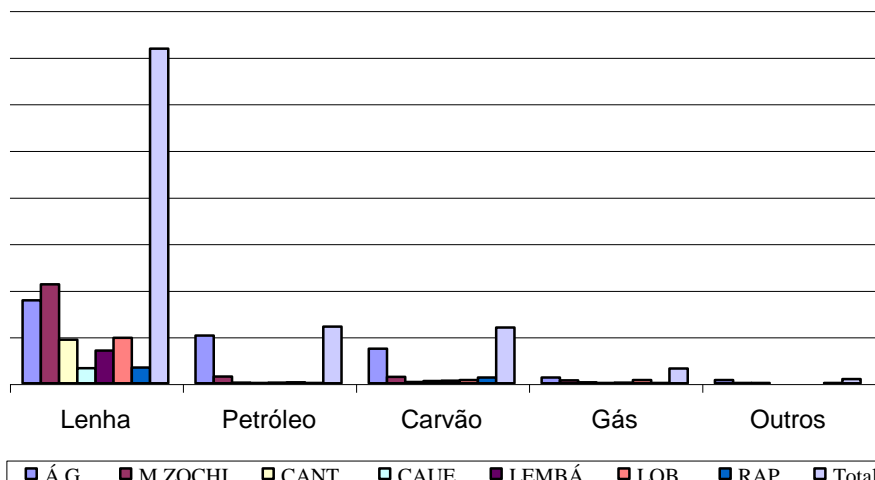
Enquanto isso, 76,7% das habitações do país não têm acesso a nenhum tipo de esgoto, o que está directamente ligado às instalações sanitárias, como mostram os dados. Repare-se como o gráfico D.8. ilustra a precariedade do saneamento no meio urbano que é muito semelhante à do meio rural; em ambos os casos a percentagem dos que não têm nenhum tipo de esgotos está acima dos 70%, enquanto que, os que têm, em nenhum dos casos atinge os 20%.

Gráfico D.8 Acesso aos sistemas de esgotos por meio de residência



D.5. TIPO DE COMBUSTÍVEL PARA COZINHAR

Gráfico D.9 Combustível usado para cozinhar por distritos

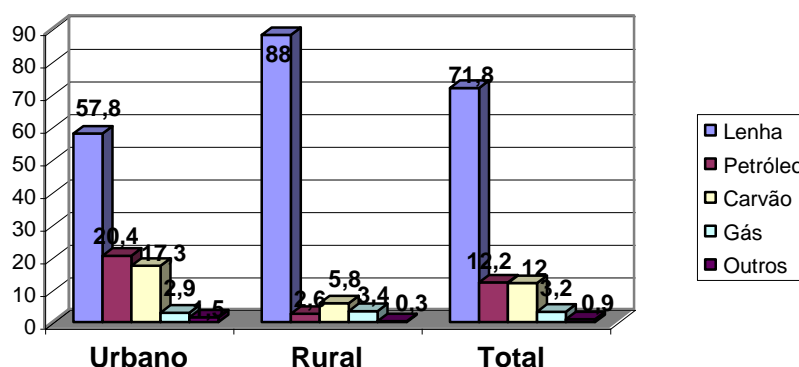


A lenha é o combustível mais usado a nível nacional para cozinhar, representando valores sempre superiores a 70% das casas em todos os distritos, com excepção do distrito de Água Grande, onde a percentagem é de 47,6%.

Logo a seguir vem o petróleo e o carvão que são usados em 12,2% e 12% dos alojamentos respectivamente.

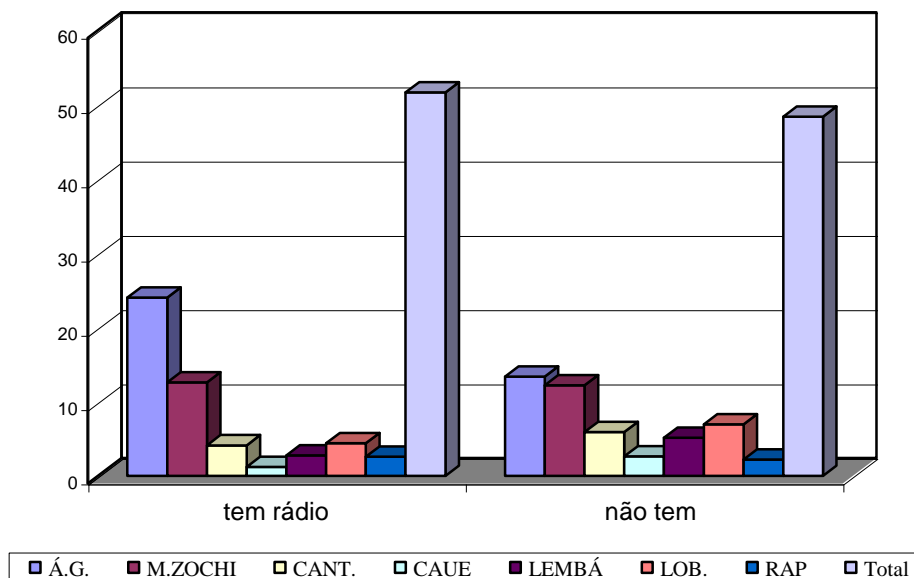
Olhando para os dados da tabela em anexo, verifica-se uma tendência de diminuição do uso da lenha que em 1991 era de 84,4%; esta tendência, do ponto de vista ambiental pareceria animadora, pois indicaria para a redução dos derrubes florestais, mas em contrapartida o uso do carvão vegetal cresceu de 1,5% em 1991 para 12% e deixa infelizmente tudo na mesma. No gráfico D.10 pode-se observar, como é a utilização dos diversos tipos de combustível para cozinhar; de realçar é o facto de no meio rural, a percentagem de utilização de gás ser superior à percentagem do meio urbano, devido ao facto do distrito de Lobata apresentar valores muito elevados (tabela em anexo).

Gráfico D.10 Combustível usado para cozinhar por meio de residência



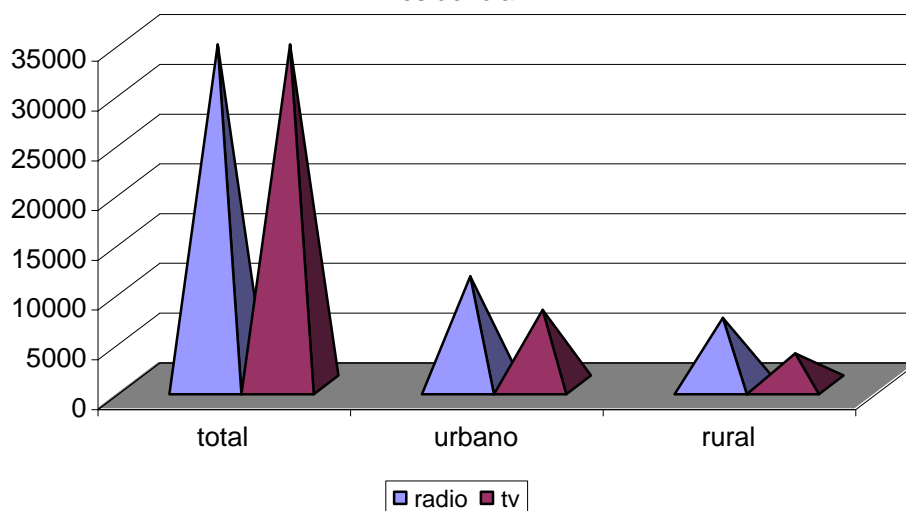
D.6. OUTROS ELEMENTOS DE CONFORTO DOS ALOJAMENTOS

Gráfico D.11 Distribuição dos alojamentos com rádio por distritos



Mais de metade da população nacional (51.6%) tem rádio, com uma distribuição que aponta para 32 alojamentos com rádio em cada 100 no meio urbano, e 19,7 em cada 100 alojamentos do meio rural; no que toca aos televisores, os indicadores são ainda menos animadores sendo o índice a nível nacional 31,3% de alojamentos com televisores; significa que são 22 alojamentos com televisor em cada 100 no meio urbano, e no rural, 9,3 em cada 100 (Gráfico D.12).

Gráfico D.12 Distribuição de rádios e televisão por meio de residência



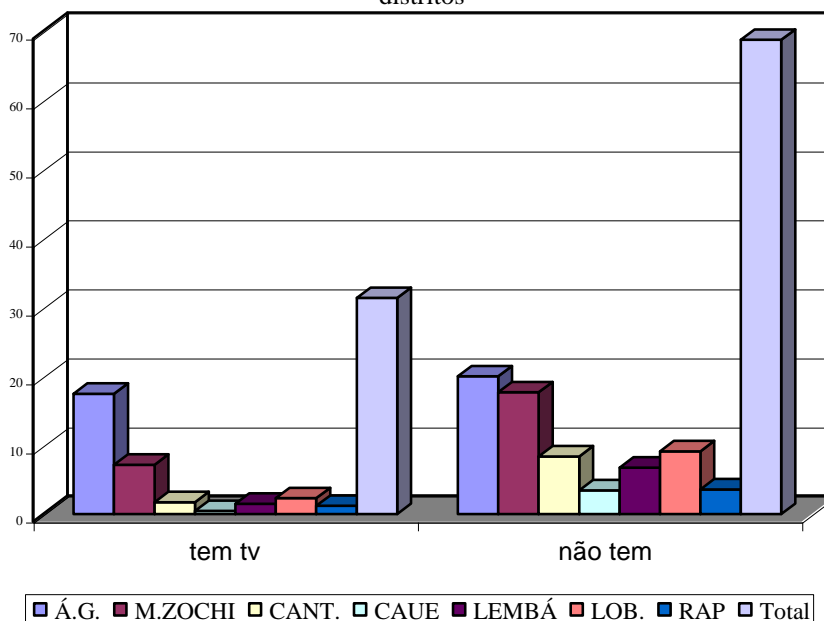
A nível dos distritos a distribuição também não é muito regular, mesmo tendo em conta o número de alojamentos por distrito, mas o maior fosso observa-se entre os distritos de

Água Grande, onde se encontra uma maior percentagem de alojamentos com rádio (64,2%), e o de Caué com o menor número (32%). Cenário idêntico se encontra quanto à televisão, onde as maiores percentagens (46%) estão em Água Grande e a menor (11,2%) em Caué (Gráfico D.11 e Tabela D.1).

Tabela D.1 Repartição percentual de rádio e televisão nos alojamentos por distrito e meio de residência

Outros elementos de conforto	Distrito							Meio de Residência		
	Água Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	RAP	Urbano	Rural	Total
Rádio	64.2	50.8	41.0	32.0	34.8	38.7	54.1	59.4	42.7	51.6
Televisão	46.6	28.8	17.1	11.2	14.5	20.1	24.8	40.9	20.1	31.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100,0	100,0	100,0

Gráfico D.13 Distribuição dos alojamentos com televisão por distritos



CONCLUSÃO

Produto da análise dos dados, chegou-se à conclusão que é necessário interpretar e reconhecer os elementos tanto internos como externos que actuam como pontos fortes, debilidades, oportunidades e ameaças.

Embora a análise tenha sido limitada, permitiu o conhecimento dos aspectos relevantes, sobretudo, do ponto de vista comparativo, tanto em termos socio-espaciais como de tendências temporais.

Há um distrito que é líder em tudo - Água Grande; há outro que, em todos os dados, aparece com valores e tendências bastante críticos - Caué. A justificação reside no facto de Água Grande ser um distrito totalmente urbano que coincide, todo ele, com a capital do País. Por isso, não é de admirar esta superioridade quantitativa e até mesmo qualitativa. Dos restantes distritos mais rurais, incluindo a Região Autónoma do Príncipe, Caué é o mais pobre e mais rural, e por isso o mais vulnerável. Os indicadores sociais chave acusam uma considerável vulnerabilidade, principalmente no meio rural devido à deterioração das condições económicas e ao aumento da pobreza.

Pontos fortes e oportunidades: Neste ponto é necessário destacar o bom nível de conservação, isto é, o facto de se manter alguns aspectos tradicionais, tais como o tipo de construção, o que é abonatório para a vida socio-económica da população. Este factor, deve ser considerado como determinante no momento de implementar programas de desenvolvimento sectorial, mas nunca deixando de analisar as causas, e tendo sempre presente as relações custo/benefício e, sobretudo, custo/oportunidade; a maior parte das casas tem paredes e piso de madeira e cobertura de zinco, o que é tradicional em S.Tomé e Príncipe, devido a factores económicos e climáticos.

A utilização de materiais precários é cada vez menor, o que aponta para uma boa tendência, não só no aspecto habitacional, como também nos aspectos social e económico.

Debilidades e ameaças: A acessibilidade aos serviços de sanidade, continua sendo um sério problema a nível nacional. É grave saber que, por falta de instalações sanitárias, $\frac{3}{4}$ da população santomense defecam ao ar livre. Essa situação é deveras preocupante, pois, para além do que pode significar para a saúde pública, pode também constituir entraves e constrangimentos ao nível de diversos programas de desenvolvimento nacional no campo da saúde, educação, cultura, ambiente, etc..

A energia eléctrica continua a estar fora do alcance da maioria. Mais de metade da população não dispõe de energia eléctrica e ilumina as suas casas com métodos menos cómodos, menos modernos, menos seguros, e talvez menos decentes (candeeiros a petróleo, a azeite, etc. ...).

Em grande parte dos alojamentos ainda se utilizam rios e ribeiras como principais fontes de abastecimento, arriscando-se a contrair enfermidades devido à qualidade das águas.

Referindo-se a comodidades e conforto habitacionais, os índices falam por si; dizer, por exemplo, que há 31 televisores para cada 100 alojamentos, é muito pouco, pois equivale a dizer que $\frac{2}{3}$ da população não tem acesso à televisão em casa.

Uma percentagem considerável dos que têm instalações sanitárias tem fossa séptica que é o método mais usado nos alojamentos que têm casas de banho, embora segundo as normas de sanidade não seja o mais aconselhável devido à iminente poluição que pode causar. É verdade que a solução para esta questão envolve custos avultados, pois passa pela concepção de uma nova rede que conduza todas as águas para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), mas verdade também é que tarde ou cedo ter-se-á que pensar nisso.

Em suma, as condições de habitação em S.Tomé e Príncipe, por si só e por estarem condicionadas a outros factores como saúde, educação, etc., são ainda muito precárias.

Esta análise apresenta os ingredientes necessários para apoio aos censos de população e habitação, incorporando informação recolhida pelo INE, material que se organiza em tabelas com notas e observações que dão conta das fontes e fixam os seus alcances.

Adverte-se sobre a fragilidade de certas argumentações, porque não faziam parte dos objectivos, como por exemplo, conhecer o volume da demanda habitacional e delimitar o espaço económico que se geraria no caso de se decidir superá-la.

Feito o exercício, só cabe reflectir acerca da necessidade de propor caminhos distintos, que não só ajudem a paliar o problema, mas sim que o afrontem criativamente, tentando mobilizar para o efeito, os sectores económicos hoje marginados. Esta proposta diz respeito a outros estudos cujos objectivos vão para além deste, que só pretende entregar uma primeira base de dados desembainhada. Espera-se que a difusão deste escrito permita integrar a discussão sobre o tema nas agendas dos planificadores e não só.

BIBLIOGRAFIA

Direcção de Estatísticas de S.T.P., "II Recenseamento da população e habitação de S.Tomé e Príncipe", 1991

Direcção de Estatísticas de S.T.P., "S.Tomé e Príncipe em números" 2001

Juan C. Elizaga, "Dinámica y economía de la población", CELADE / CEPAL, 1979
CCA

ANEXO